

## CÓPIA DOS TERMOS DE USO (13/04/2025)



Início

gov.br



### Política de Privacidade

liberdades do usuário. O site utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada. No entanto, o site se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O serviço Conecte SUS se compromete, ainda, a comunicar o usuário em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais. A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento. Por fim, o site se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais.

#### 17. O serviço Meu SUS Digital utiliza cookies?

Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site. Por meio dos cookies, pequenas quantidades de informação são armazenadas pelo navegador do usuário para que nosso servidor possa lê-las posteriormente. Podem ser armazenados, por exemplo, dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, bem como seu local e horário de acesso ao site. É importante ressaltar que nem todo cookie contém dados pessoais do usuário, já que determinados tipos de cookies podem ser utilizados somente para que o serviço funcione corretamente. As informações eventualmente armazenadas em cookies também são consideradas dados pessoais e todas as regras previstas nesta Política de Privacidade também são aplicáveis a eles. O serviço Meu SUS Digital não utiliza cookies.

#### 18. Esta Política de Privacidade pode ser alterada?

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 10/01/2024. O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento o site as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço Meu SUS Digital, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes. Qualquer alteração e/ou atualização desta Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

#### 19. Qual o foro aplicável caso o usuário queira realizar alguma reclamação?

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela Justiça Federal, na seção judiciária do domicílio do usuário, por previsão do artigo 109, §§ 1º, 2º e 3º, da Constituição Federal.



gov.br



gov.br



Nota informativa

LEIA COM ATENÇÃO.

ESTE DOCUMENTO APRESENTA AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE VOCÊ COMPREENDA SOBRE O COMPARTILHAMENTO DOS SEUS DADOS DE SAÚDE.

## 1. CONTEXTO

Todas as vezes em que você recebe cuidados de um profissional de saúde registrado, para diagnóstico, tratamento, ou prevenção de uma enfermidade ou orientação sobre sua saúde, seja no sistema de saúde público ou privado, Dados de Saúde desse encontro assistencial são coletados, registrados e armazenados eletronicamente nos sistemas locais de informação. Esses dados são usados para documentação desse encontro e para comunicação do seu histórico para outros profissionais de saúde que estiverem colaborando para que você recupere sua saúde totalmente e permaneça saudável. A coleta, o registro e o armazenamento de Dados de Saúde são etapas muito importantes para garantir que você tenha acesso a ações e serviços de saúde de qualidade, quando você precisa. Além de agilizar seu atendimento e possibilitar que você receba os cuidados mais adequados para o seu caso, a documentação do seu histórico de saúde serve também para o cumprimento de obrigações éticas, regulatórias e legais por parte de quem lhe presta os cuidados – profissionais e instituições de saúde. A Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), mantida pelo Ministério da Saúde, nasceu para que os Dados de Saúde possam ser trocados de forma responsável, segura e confidencial, entre os profissionais de saúde que cuidam para que você receba uma atenção integral e de qualidade, garantindo que as informações essenciais para dar continuidade de seu tratamento estejam disponíveis sempre que você necessitar, mesmo que você seja tratado com profissionais que não trabalham em um mesmo estabelecimento, ou nem no mesmo município, estado ou país. Através do armazenamento dos seus Dados de Saúde na RNDS, você poderá ter um atendimento de qualidade em qualquer lugar e em qualquer momento! Atualmente, os profissionais de saúde têm acesso aos dados de saúde por meio do Conecte SUS Profissional. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) considera os Dados de Saúde, ou seja, dados referentes à sua saúde, à vida sexual, dado genético ou biométrico, como dados pessoais sensíveis. Isso significa que seus Dados de Saúde, registrados em meio eletrônico ou físico, têm de ser protegidos e tratados com mais atenção, pois são dados que podem predispor a algum tipo de discriminação. Por isso, para a RNDS, todas as atividades que envolvam a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, ou ainda, o compartilhamento dos seus Dados de Saúde com terceiros, seguirão os princípios e obrigações dispostos na Lei Geral de Proteção de Dados e demais normas que regulem estas atividades. Todos os cidadãos, usuários do SUS, participam da RNDS automaticamente, pois o país coleta os dados de todos os brasileiros e estrangeiros usuários do SUS para conhecer a situação de saúde da população. Nós utilizaremos a RNDS para cumprir nossas obrigações com a população brasileira, pois porque através de Dados de Saúde poderemos avaliar, formular e executar políticas públicas mais eficazes, estabelecendo condições para promoção, proteção, tratamento e recuperação da sua saúde e da população. No entanto, neste momento, você poderá escolher não compartilhar os seus Dados de Saúde com a RNDS. Ao escolher esta opção, seus Dados de Saúde compartilhados com os profissionais de assistência à saúde responsáveis pelos seus atendimentos, e que possuem acesso ao Conecte SUS Profissional, serão ficarão restritos aos



Nota informativa

responsáveis pelos seus atendimentos, e que possuem acesso ao Conecte SUS Profissional, serão ficarão restritos aos sistemas do Ministério da Saúde. Esta possibilidade poderá ser revista a qualquer momento, ocasião em que você será devidamente informado a respeito. Cabe salientar que você não terá prejuízo no atendimento caso não queira compartilhar os seus dados de saúde.

## 2. COMO FUNCIONA O COMPARTILHAMENTO DOS DADOS DE SAÚDE

Os seus Dados de Saúde estarão disponíveis por trinta minutos ao Profissional de Saúde que esteja prestando atendimento a você ou à pessoa que você seja responsável legal. Este Profissional de Saúde deverá estar habilitado a acessar os dados da Rede Nacional de Dados em Saúde, do Ministério da Saúde, por meio do Conecte SUS Profissional.

## 3. QUAIS DADOS SERÃO ACESSADOS?

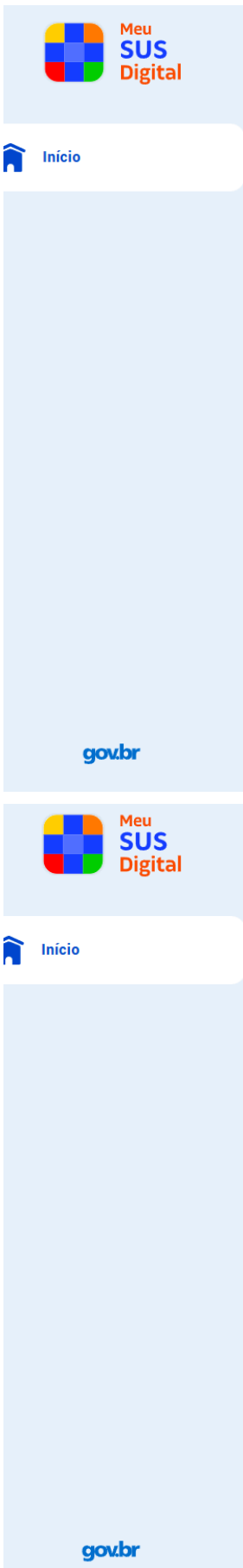
O Profissional de Saúde terá acesso a informações de caráter administrativo (por exemplo: data e horários de atendimento, entrada e saída do estabelecimento), informações relativas a medicamentos distribuídos, internações hospitalares, atendimentos ambulatoriais, de vacinação e resultados de exames. Novos dados de saúde serão apresentados, conforme o projeto da RNDS seja desenvolvido, alinhado à Estratégia de Saúde Digital para o Brasil (2020-2028), e priorizados pelo Comitê Gestor de Saúde Digital.

## 4. POR QUEM E COMO SEUS DADOS DE SAÚDE SERÃO ACESSADOS?

O Profissional de Saúde que, no exercício regular de sua profissão, esteja diretamente envolvido nas ações e serviços de saúde prestados a você, e tenha acesso à RNDS, estará autorizado a acessar seus Dados de Saúde.

## 5. BENEFÍCIOS

O objetivo da RNDS é facilitar o acesso dos Profissionais de Saúde que venham a cuidar de você, às informações precisas e atualizadas sobre seu histórico e condições presentes de saúde. O acesso aos seus Dados de Saúde poderá estar disponível para esses Profissionais no exato momento em que você precisa. Isso é muito importante para que possamos lhe prestar um atendimento mais individualizado e direcionado às suas necessidades. Através da RNDS se espera melhorar a comunicação entre todos os profissionais que cuidam de você, de modo que eles atuem de forma integrada e contínua para o seu benefício, evitando que você tenha que repetir exames ou outros procedimentos desnecessariamente. Essa integração contribui, ainda, para que as decisões deles sejam mais bem informadas e que você tenha uma atenção personalizada, segura e mais adequada às suas necessidades. Você será atendido com muito mais rapidez, qualidade, eficiência e segurança. Afinal, quanto mais o seu profissional de saúde conhecer sobre você, seus hábitos e seu histórico de saúde, melhor e mais assertivo poderá ser sua prevenção, diagnóstico e tratamento, mesmo que esteja atendendo você pela primeira vez. Outro exemplo: saber, imediatamente, quais medicamentos você usa ou já usou, se você tem alergias,



## Nota informativa

pela primeira vez. Outro exemplo: saber, imediatamente, quais medicamentos você usa ou já usou, se você tem alergias, quais os resultados dos exames já realizados, assim como ter acesso a relatórios cirúrgicos e notas de internação é muito importante para evitar diagnósticos e tratamentos inadequados ou ineficientes e, como consequência, eventuais prejuízos à sua saúde. Outra vantagem é que quando estiver em um Atendimento de Emergência, nos quais, por exemplo, você esteja inconsciente e/ou desacompanhado e, portanto, incapaz de fornecer informações sobre seu estado ou histórico de saúde, o profissional de saúde que estiver lhe atendendo será capaz de acessar seus Dados de Saúde e conhecer sua história clínica.

## 6. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Os Dados de Saúde serão coletados, processados e armazenados de acordo com padrões de confidencialidade e segurança proporcionais a sua sensibilidade, o que implica na criação de ambientes físicos e lógicos aderentes ao estado da técnica e às melhores práticas em gestão do sigilo e segurança da informação, inclusive aqueles específicos à área de saúde. Embora os Estabelecimentos de Saúde integrantes da RNDS e a própria RNDS estejam cercados de todos os cuidados voltados ao sigilo e a segurança de seus Dados de Saúde, é impossível garantir a inviolabilidade de seus sistemas, seja em razão da ocorrência de casos fortuitos, motivos de força maior ou em razão de ataques cibernéticos que possam vir a ocorrer. Todos os acessos aos seus Dados de Saúde serão registrados eletronicamente e você será notificado no Aplicativo Meu SUS Digital sempre que seu registro for acessado. Os acessos não autorizados e usos indevidos por usuários da RNDS estão sujeitos a penalidades previstas na legislação. É seu direito, a qualquer momento, ter conhecimento dos acessos realizados aos seus Dados de Saúde. Caso você decida não compartilhar seus Dados de Saúde, seus atendimentos nos Estabelecimentos de Saúde não sofrerão qualquer restrição. Nesse caso, o Estabelecimento de Saúde somente compartilhará seus Dados de Saúde com terceiros nos casos exigidos por lei ou pelos códigos e normas de ética médica (por exemplo, em caso de ordem judicial, hipóteses de comunicado compulsório de doenças). Em casos de Atendimento de Emergência, em que não haja registro de autorização para compartilhamento de seus Dados de Saúde, ou quando você não estiver em condições de dar esse consentimento, o Profissional de Saúde responsável pelo seu atendimento poderá acessar seus Dados de Saúde, nas seguintes situações: (i) a partir de autorização expressa de seu representante legal ou acompanhante; ou (ii) quando, a partir do julgamento técnico do Profissional de Saúde responsável, você corra risco de lesão grave ou risco de morte. O acesso aos Dados de Saúde nessa segunda hipótese deverá ser devidamente justificado e registrado na RNDS para futura auditoria.

## 7. GESTÃO DA BASE DE DADOS DA RNDS

A Rede Nacional de Dados em Saúde utiliza uma tecnologia de armazenamento em nuvem, o que permite guardar dados na internet por meio de um servidor online. A aquisição, instalação e manutenção dessa tecnologia, bem como a gestão da base de dados estão sob responsabilidade do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) vinculado a Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) do Ministério da Saúde (MS). Caso a gestão da base de Dados de Saúde seja transferida a terceiros, você será notificado da ocorrência dessa mudança com a devida antecedência. As Secretarias de Saúde do estado e do município aos quais o Estabelecimento de Saúde integrante da RNDS estiver vinculado poderão ter acesso a essas informações de forma que você não poderá ser identificado, ou seja,



## Nota informativa

Atendimento de Emergência, em que não haja registro de autorização para compartilhamento de seus Dados de Saúde, ou quando você não estiver em condições de dar esse consentimento, o Profissional de Saúde responsável pelo seu atendimento poderá acessar seus Dados de Saúde, nas seguintes situações: (i) a partir de autorização expressa de seu representante legal ou acompanhante; ou (ii) quando, a partir do julgamento técnico do Profissional de Saúde responsável, você corra risco de lesão grave ou risco de morte. O acesso aos Dados de Saúde nessa segunda hipótese deverá ser devidamente justificado e registrado na RNDS para futura auditoria.

## 7. GESTÃO DA BASE DE DADOS DA RNDS

A Rede Nacional de Dados em Saúde utiliza uma tecnologia de armazenamento em nuvem, o que permite guardar dados na internet por meio de um servidor online. A aquisição, instalação e manutenção dessa tecnologia, bem como a gestão da base de dados estão sob responsabilidade do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) vinculado a Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) do Ministério da Saúde (MS). Caso a gestão da base de Dados de Saúde seja transferida a terceiros, você será notificado da ocorrência dessa mudança com a devida antecedência. As Secretarias de Saúde do estado e do município aos quais o Estabelecimento de Saúde integrante da RNDS estiver vinculado poderão ter acesso a essas informações de forma que você não poderá ser identificado, ou seja, os dados serão anonimizados.

## 8. E SE EU OPTAR POR NÃO COMPARTILHAR MEUS DADOS DE SAÚDE?

O modelo adotado pela RNDS para garantir o seu consentimento é o opt-out, ou seja, você sempre terá seus dados compartilhados dentro dos serviços de saúde, alinhado ao modelo de atenção à saúde preconizado. Caso você decida não compartilhar seus Dados de Saúde, seus atendimentos nos Estabelecimentos de Saúde não sofrerão qualquer restrição. Nesse caso, o Estabelecimento de Saúde somente compartilhará seus Dados de Saúde com terceiros nos casos exigidos por lei ou pelos códigos e normas de ética médica (por exemplo, em caso de ordem judicial, hipóteses de comunicado compulsório de doenças). Mas é importante ressaltar que, caso necessite de um atendimento onde você não possa dar o seu consentimento, o profissional de saúde não terá como acessar seus dados de saúde, que podem conter informações valiosas para o atendimento que ele vai lhe prestar, como alergias a medicamentos, sua história clínica, cirurgias que realizou, dentre outros. Esteja ciente que estas informações podem ser de muita importância numa situação de urgência onde você esteja desacompanhado, por exemplo.

## 9. CANAIS DE ATENDIMENTO

Sempre que desejar, você poderá entrar em contato com a equipe da RNDS. Em caso de dúvidas, reclamações ou perguntas sobre os seus direitos, você poderá entrar em contato no canal de atendimento ao usuário do Meu SUS Digital: <https://webatendimento.saude.gov.br/faq/meusudigital>



Início

gov.br



Início

gov.br



Termo de uso

## 1. ACEITAÇÃO DO TERMO DE USO

O presente Termo de Uso se refere a um contrato de adesão firmado entre o usuário e o Ministério da Saúde, fornecedor deste serviço, com Sede na Esplanada dos Ministérios Bloco G, Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF - CEP 70058900. O uso deste serviço está condicionado à aceitação dos termos e das políticas associadas. O usuário deverá conhecer tais termos e políticas, certificar-se de tê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso. Ao utilizar o serviço, o usuário assume estar de acordo com relação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

## 2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

- **Agente público:** todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.
- **Agentes de Estado:** inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.
- **Códigos maliciosos:** são qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.
- **Sítios e aplicativos:** sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.
- **Terceiro:** pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.
- **Internet:** sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.



Termo de uso

- **Usuários:** (ou "Usuário", quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço (citar o serviço).

## 3. ARCABOUÇO LEGAL

O arcabouço legal aplicável ao serviço Meu SUS Digital compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Marco Civil da Internet: Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação: Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal; Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017: Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017: Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN); Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016: Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012: Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição; Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012: Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento; Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019: Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados, Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/PR): Disciplinam a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018: Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional; Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012: Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; Portaria GM/MS nº 69, de 14 de Janeiro de 2021: Institui a obrigatoriedade de registro de aplicação de vacinas contra a Covid-19 nos sistemas de informação do Ministério da Saúde; Portaria GM/MS nº 1.434, de 28 de maio de 2020: Institui o Programa Conecte SUS e altera a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede Nacional de Dados em Saúde e dispor sobre a adoção de padrões de interoperabilidade em saúde; Portaria GM/MS nº 1.792, de 17 de julho de 2020: Altera a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnósticos para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional; Portaria GM/MS nº 1.768, de 30 de julho de 2021: Altera o Anexo XLII





Início

gov.br



Início

gov.br



## Termo de uso

quaisquer outros, em todo território nacional, Portaria GM/MS nº 1.768, de 30 de julho de 2021: Altera o Anexo XLII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), Portaria GM/MS nº 3.632, de 21 de dezembro de 2020: Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 (ESD28).

### 4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

O Meu SUS Digital é o aplicativo oficial do Ministério da Saúde que permite ao cidadão acompanhar na palma de sua mão o seu histórico clínico, a partir das informações de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente o aplicativo apresenta o registro de vacinas aplicadas e exames laboratoriais de Covid-19 realizados, internações, medicamentos dispensados, além da emissão do Certificado Nacional de Vacinação Covid-19 e da Carteira nacional de Vacinação. Os dados do aplicativo são em sua maioria provenientes da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDs), plataforma nacional de interoperabilidade de dados em saúde, que integra diferentes sistemas de informação alimentados por profissionais de saúde. Instituída pela portaria GM/MS nº 1.434, de 28 de maio de 2020, a Rede é um projeto estruturante do programa do Governo Federal para a transformação digital da saúde no Brasil e tem o objetivo de promover a troca de informações entre os pontos da Rede de Atenção à Saúde, permitindo a transição e continuidade do cuidado nos setores público e privado. O Meu SUS Digital também é disponível em na web <https://meusdigital.saude.gov.br/>.

### 5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO:

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário:

- Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços.
- Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação.
- Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.



## Termo de uso

- Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.
- Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
  - Horário de funcionamento das unidades administrativas;
- Serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
- Acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
- Situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado;
- Valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

### 6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO

O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço Meu SUS Digital. Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros. O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento. O usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos. O usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro,



Início

gov.br



Início

gov.br



## Termo de uso

personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço. O Ministério da Saúde não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- Proteção do computador;
- Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- Perímetro inseguro.

### 7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Quais são as responsabilidades da Administração Pública com meus dados?

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse



## Termo de uso

requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares. A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

### 8. POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A Política de Privacidade estabelecida pelo Ministério da Saúde e utilizada pelo Meu SUS Digital trata da utilização de dados pessoais. Essa Política específica faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse Serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor. Para mais informações acesse nossa política de privacidade em <https://meusdigital.saude.gov.br/menu/termo-politica>

### 9. MUDANÇAS NO TERMO DE USO

Este Termo de Uso pode ser alterado? A presente versão (Meu SUS Digital) deste Termo de Uso foi atualizada pela última vez em: 11/01/2024. O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço Meu SUS Digital, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes. Qualquer alteração e/ou atualização do Termos de Uso e da Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

### 10. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Em caso de dúvidas relacionadas ao Meu SUS Digital entre em contato através dos nossos canais de atendimento: <https://webatendimento.saude.gov.br/faq/meusdigital>.

### 11. FORO

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela comarca/seção judiciária de Brasília, Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal sem prejuízo de qualquer outra via administrativa ou judicial disponível, todos os titulares de dados pessoais têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



 [Início](#)

gov.br



## Política de Privacidade

### 1. Quais informações estão presentes neste documento?

Nesta Política de Privacidade, o usuário do serviço Meu SUS Digital encontrará informações sobre: o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do usuário ao utilizar o serviço; as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida ou seja necessário atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso questões desta Política tenham sido violadas. Além disso, na Política de Privacidade, o usuário do serviço Meu SUS Digital encontrará informações sobre: qual o tratamento dos dados pessoais realizados, de forma automatizada ou não, e a sua finalidade; os dados pessoais dos usuários necessários para a prestação do serviço; a forma como eles são coletados; se há o compartilhamento de dados com terceiros; e quais as medidas de segurança implementadas para proteger os dados.

### 2. Aceitação da Política de Privacidade

Ao utilizar os serviços, o usuário confirma que leu e compreendeu as Políticas aplicáveis ao serviço Meu SUS Digital e concorda em ficar vinculado a eles.

### 3. Definições

Para melhor compreensão deste documento, nesta Política de Privacidade, consideram-se:

1. Agentes de tratamento: o controlador e o operador.
2. Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
3. Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
4. Dado pessoal sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



## Política de Privacidade

5. Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
6. Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
7. Encarregado de Dados: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
8. Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
9. Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
10. Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.
11. Lei Geral de Proteção de Dados: Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
12. Usuários (ou "Usuário", quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço Conecte SUS.

gov.br



Início

gov.br



Início

gov.br



Política de Privacidade

13. ANPD: autoridade nacional de proteção de dados pessoais é órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

#### 4. Quais são as leis e normativos aplicáveis a esse serviço?

- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
- Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017: Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012: Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição.
- Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências
- Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019: Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.
- Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018: Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação



Política de Privacidade

governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

- Portaria GM/MS nº 69, de 14 de Janeiro de 2021: Institui a obrigatoriedade de registro de aplicação de vacinas contra a Covid-19 nos sistemas de informação do Ministério da Saúde.
- Portaria GM/MS nº 1.434, de 28 de maio de 2020: Institui o Programa Conecte SUS e altera a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede Nacional de Dados em Saúde e dispor sobre a adoção de padrões de interoperabilidade em saúde.
- Portaria GM/MS nº 1.792, de 17 de julho de 2020: Altera a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnósticos para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional.
- Portaria GM/MS nº 1.768, de 30 de julho de 2021: Altera o Anexo XLII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS).
- Portaria GM/MS nº 3.632, de 21 de dezembro de 2020: Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 (ESD28).

#### 5. Descrição do serviço

O Meu SUS Digital é o aplicativo oficial do Ministério da Saúde que permite ao cidadão acompanhar na palma da sua mão o seu histórico clínico, a partir das informações de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente o aplicativo apresenta o registro de vacinas aplicadas e exames laboratoriais de Covid-19 realizados, atendimentos, medicamentos dispensados, além da emissão do Certificado Nacional de Vacinação Covid-19 e da Carteira Nacional de Vacinação. Os dados do aplicativo são em sua maioria provenientes da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), plataforma nacional de interoperabilidade de dados em saúde, que integra diferentes sistemas de informação alimentados por profissionais de saúde. Instituída pela Portaria GM/MS nº 1.434, de 28 de maio de 2020, a Rede é um projeto estruturante do programa do Governo Federal para a transformação digital da saúde no Brasil e tem o objetivo de promover a troca de informações entre





 [Início](#)

gov.br





## Política de Privacidade


Governo Federal para a transformação digital da saúde no Brasil e tem o objetivo de promover a troca de informações entre os pontos da Rede de Atenção à Saúde, permitindo a transição e continuidade do cuidado nos setores público e privado. O Meu SUS Digital também é disponível em na web <https://meususdigital.saude.gov.br/>. Quais são os direitos do usuário do serviço. O usuário do serviço possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:


1. Direito de confirmação e acesso (Art. 18, I e II): é o direito do usuário de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
2. Direito de retificação (Art. 18, III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
3. Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV): é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.
4. Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do usuário de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.
5. Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V): é o direito do usuário de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.
6. Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20, LGPD): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.


### 6. Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?




 **Início**





 **Início**





## Política de Privacidade

### 6. Quais são as responsabilidades dos usuários que utilizam o serviço?

O usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço Meu SUS Digital. Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros. O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese e, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento. O usuário do serviço é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas. Não é possível realizar retificação de informação pelo Conecte SUS, salvo aquelas consideradas como "Registros e Contatos", que se referem a informações autodeclaradas de Índice de Massa Corpórea (IMC), Alergias, Pressão Arterial, Glicose e Doações de Sangue. Dados cadastrais, como nome, data de nascimento, sexo, e-mail, inclusão/exclusão de nome social, são recebidos pelo sistema Cadastro Nacional de Usuários do SUS - CADSUS, onde, a partir do Cartão Nacional de Saúde - CNS, são validados com as informações disponíveis na Receita Federal. Para a correção desses dados, o cidadão deverá atualizar as informações na Receita Federal e/ou solicitar junto a qualquer estabelecimento de saúde (Alteração de dados na Receita Federal pode ser realizado em: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/alterar/default.asp>). Os dados de saúde são inseridos nos sistemas de informação diretamente por profissionais de saúde, nos estabelecimentos assistenciais. A visualização das informações no Meu SUS Digital é possível após o devido envio destes dados à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDs). Para qualquer tipo de correção e alteração de dados de saúde, deve-se entrar em contato com o estabelecimento onde foi realizada a ação ou serviço de saúde, ou secretaria estadual ou municipal de saúde e solicitar a correção do registro. Compete ao gestor local de saúde, responsável pela coleta dos dados, a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, requisitada pelo cidadão, conforme Inciso III do Art. 18 da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nesta Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço. O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

1. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
2. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
3. Proteção do computador;
4. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;



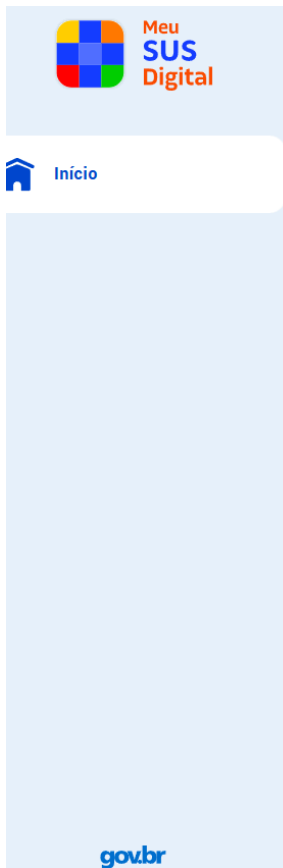
## Política de Privacidade

5. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
6. Monitoração clandestina do computador dos usuários;
7. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
8. Perímetro inseguro;

O uso comercial das expressões utilizadas em aplicativos como marca, nome empresarial ou nome de domínio, além dos conteúdos do serviço, assim como os programas, bancos de dados, redes, arquivos que permitem que o usuário acesse sua conta estão protegidos pelas leis e tratados internacionais de direito autoral, marcas, patentes, modelos e desenhos industriais. Ao acessar o aplicativo, os usuários declaram que irão respeitar todos os direitos de propriedade intelectual e os decorrentes da proteção de marcas, patentes e/ou desenhos industriais, depositados ou registrados em, bem como todos os direitos referentes a terceiros que porventura estejam, ou estiverem de alguma forma, disponíveis no serviço. O simples acesso ao serviço não confere aos usuários qualquer direito ao uso dos nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens, dados e informações, dentre outras, que nele estejam ou estiverem disponíveis. A reprodução de conteúdo descritos anteriormente está proibida, salvo com prévia autorização por escrito ou caso se destinem ao uso exclusivamente pessoal e sem que em nenhuma circunstância os usuários adquiram qualquer direito sobre esses conteúdos. É vedada a utilização do serviço para finalidades comerciais, publicitárias ou qualquer outra que contrarie a finalidade para a qual foi concebido, conforme definido neste documento, sob pena de sujeição às sanções cabíveis na Lei nº 9.610/1998, que protege os direitos autorais no Brasil. Os visitantes e usuários assumem toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial do serviço. Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (virus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

### 7. Quais são as responsabilidades da administração pública com meus dados?

A Administração Pública, no papel de custodiante das informações pessoais dos Usuários, deve cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados na plataforma. Publicar e informar ao Usuário as futuras alterações a esta Política de Privacidade por meio do



## Política de Privacidade

utilizados na plataforma. Publicar e informar ao Usuário as futuras alterações a esta Política de Privacidade por meio do sítio (<https://sso.aceso.gov.br/>), conforme o princípio da publicidade estabelecido no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário. Em hipótese alguma, o serviço e seus colaboradores responsabilizam-se por eventuais danos diretos, indiretos, emergentes, especiais, imprevistos ou multas causadas, em qualquer matéria de responsabilidade, seja contratual, objetiva ou civil (inclusive negligência ou outras), decorrentes de qualquer forma de uso do serviço, mesmo que advertida a possibilidade de tais danos. Tendo em vista que o serviço lida com informações pessoais, o usuário concorda que não usará robôs, sistemas de varredura e armazenamento de dados (como "spiders" ou "scrapers"), links escondidos ou qualquer outro recurso escuso, ferramenta, programa, algoritmo ou método coletor/extrator de dados automático para acessar, adquirir, copiar ou monitorar o serviço, sem permissão expressa por escrito do órgão. Em se tratando de aplicativos em dispositivos móveis sua comercialização é expressamente proibida. Ao concordar com esta Política e utilizar o aplicativo móvel, o usuário receberá uma permissão do órgão para uso não comercial dos serviços oferecidos pelo aplicativo, o que, em nenhuma hipótese, fará dele proprietário do aplicativo móvel. Caso o usuário descumpra a Política de Privacidade, ou seja, investigado em razão de má conduta, o órgão poderá restringir seu acesso. O usuário também deverá responder legalmente por essa conduta. A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido de informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o serviço ou de outra forma necessária para cumprir com as obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça. A Administração pública se compromete a preservar a funcionalidade do serviço ou aplicativo, utilizando um layout que respeite a usabilidade e navegabilidade, facilitando a navegação sempre que possível, e exibir as funcionalidades de maneira completa, precisa e suficiente, de modo que as operações realizadas no serviço sejam claras.

### 8. Qual o contato pelo qual o usuário do serviço pode tirar suas dúvidas?

Caso o usuário tenha alguma dúvida sobre esta Política de Privacidade, ele poderá entrar em contato pelo canal de atendimento ao suporte ao usuário: <https://webatendimento.saude.gov.br/faq/meusdigital>. Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais). Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção. O site se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º: I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades; II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento; III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do



## Política de Privacidade

periodicamente esta seção. O site se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º: I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades; II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento; III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados; IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais; V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento; VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial; VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão; VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais; IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

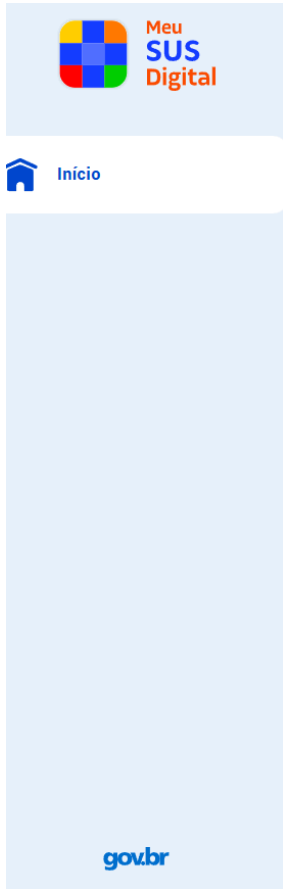
### 9. Agentes de tratamento

A quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizado no serviço Meu SUS Digital (Controlador)? A Lei Geral de Proteção de Dados define como controlador, em seu artigo 5º: Art. 5º, VI – controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Para o serviço Meu SUS Digital, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade do Ministério da Saúde. Endereço: Ministério da Saúde - Esplanada dos Ministérios Bloco G, Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF - CEP 70058900. E-mail: [datasus@saude.gov.br](mailto:datasus@saude.gov.br). Telefone: 61 3315 3900. As secretarias municipais e estaduais de saúde exercem o papel de controladores de dados, devido as mesmas terem suas próprias legislações e realizarem também o tratamento de dados de saúde.

### 10. Quem realiza o tratamento de dados (Operador)?

A Lei Geral de Proteção de Dados define como operador, em seu artigo 5º: Art. 5º, VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Para o serviço Meu SUS Digital, o Controlador Ministério da Saúde também atua como operador, ou seja, além de ser responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, também realiza o tratamento de dados pessoais. O Meu SUS Digital compartilha dados com uma empresa terceirizada, desenvolvedora da aplicação, sendo assim, é um operador de dados.

Todos os controles administrativos e lógicos de segurança foram exigidos à empresa terceirizada. O Meu SUS Digital





Início

gov.br



## Política de Privacidade

Todos os controles administrativos e lógicos de segurança foram exigidos à empresa terceirizada. O Meu SUS Digital armazena seus dados em nuvem privada, sendo assim o serviço de nuvem também se configura como operador de dados.

### 11. Quais dados pessoais são tratados pelo serviço?

A utilização, pelo usuário, de determinadas funcionalidades do serviço dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

- -Nome completo
- Data de nascimento
- Sexo
- Filiação
- Nacionalidade
- Número de inscrição no CPF
- Endereço de e-mail
- Endereço
- Número de telefone
- Localização do usuário
- Foto do usuário
- Dados de Saúde (Alergias, IMC, Pressão Arterial, Glicose, Doações de Sangue)
- Vacinação Covid-19
- Vacinação de Rotina
- Resultado de Exame Covid-19
- Internações Hospitalares
- Contatos de emergência e de profissionais de saúde (Nome e Telefone)
- Medicamentos Dispensados (Programa Farmácia Popular)
- Situação Cadastral no Sistema Nacional de Transplantes

O serviço Meu SUS Digital realiza o tratamento de dados de crianças e adolescentes e se compromete a fornecer maior proteção a esses dados. Além disso, o serviço Meu SUS Digital se compromete a cumprir todas as disposições legais pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns recursos ou informações, quando necessários pela



## Política de Privacidade

pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns recursos ou informações, quando necessários pela primeira vez ou mesmo na instalação, serão solicitados por este aplicativo e notificados por meio do sistema operacional do seu dispositivo móvel, por exemplo: Acesso à rede (internet móvel ou WiFi); Acesso à identificação do dispositivo; Acesso à câmera e fotos, mídia e arquivos de áudio e vídeo de seu aparelho. Além disso, o aplicativo pode acessar, ler e gravar arquivos ou documentos do seu dispositivo

### 12. Como os dados são coletados?

- - Nome completo: Obtido de terceiros (Login Único, Cadastro Nacional de Usuários do SUS - CADSUS)
- Data de nascimento: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Sexo: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Filiação: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Nacionalidade: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Endereço de e-mail: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Endereço: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Número de telefone: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Localização do usuário: Obtida pelo dispositivo de acesso, após autorização do usuário
- Foto do usuário: câmera e fotos, mídia e arquivos de áudio e vídeo do dispositivo, após autorização do usuário
- Dados de Saúde (Alergias, IMC, Pressão, Glicose, Doações de Sangue): Informado pelo usuário
- Vacinação Covid-19: Obtido de terceiros (Rede Nacional de Dados em Saúde - RNDS)
- Resultado de Exame Covid-19 : Obtido de terceiros (RNDS)
- Internações Hospitalares : Obtido de terceiros (RNDS)
- Contatos de emergência e de profissionais de saúde (Nome e Telefone) : Informado pelo usuário
- Medicamentos Dispensados (Programa Farmácia Popular – Sistema Horus) : Obtido de terceiros
- Situação Cadastral no Sistema Nacional de Transplantes : Obtido de terceiros (Sistema Nacional de Transplantes)

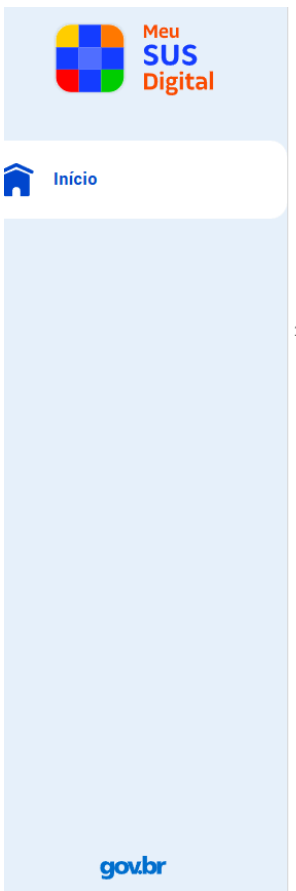
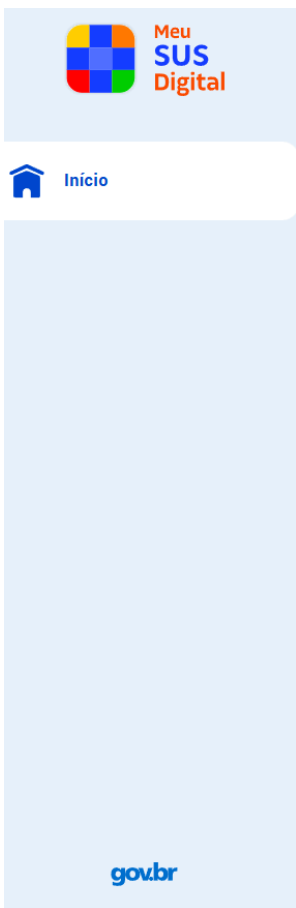
### 13. Para que fim utilizamos seus dados?

- Nome completo: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço e apresentado nos

Início

gov.br





## Política de Privacidade

- Nome completo: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço, e apresentado nos documentos de Resultado de Exame, Carteira Nacional de Vacinação e Certificado de Vacinação Covid-19.
- Data de nascimento: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço, e apresentado nos documentos de Resultado de Exame, Carteira Nacional de Vacinação e Certificado de Vacinação Covid-19.
- Sexo: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço, e apresentado nos documentos de Resultado de Exame, Carteira Nacional de Vacinação e Certificado de Vacinação Covid-19.
- Filiação: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. O aplicativo permite adicionar outras contas. O nome da mãe é apresentado na Carteira Nacional de Vacinação e no Certificado Nacional de Vacinação Covid-19.
- Nacionalidade: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço, e apresentado nos documentos de Resultado de Exame, Carteira Nacional de Vacinação e Certificado de Vacinação Covid-19.
- Número de inscrição no CPF: O dado é necessário para manter o usuário logado.
- Endereço de e-mail: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço e envio de notificações.
- Endereço: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço.
- Número de telefone: O dado é necessário para envio de notificações.
- Localização do usuário: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. A localização do usuário é acionada na funcionalidade Serviços que apresenta a geolocalização dos estabelecimentos de saúde mais próximos. Dado opcional.
- Foto do usuário: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário no menu do aplicativo. A câmera e fotos, mídia e arquivos de áudio e vídeo do dispositivo também é utilizada para escanear códigos QR para autenticação e validação dos documentos emitidos pelo aplicativo.
- Dados de Saúde (Alergias, IMC, Pressão, Glicose, Doações de Sangue): O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados registrados pelo próprio usuário.
- Vacinação Covid-19: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. São dados da RNDS, coletados por profissionais de saúde nos serviços de vacinação, sob gestão de secretarias municipal ou estadual de saúde. Dados: nome da vacina; tipo de dose aplicada; data da vacinação; número do lote da vacina; nome do fabricante; identificação do vacinador; e identificação do serviço de vacinação.
- Resultado de Exame Covid-19: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados da RNDS, coletados por profissionais de saúde de laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional.
- Interações Hospitalares: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados da RNDS, coletados por profissionais de saúde da atenção hospitalar.
- Contatos de emergência e de profissionais de saúde (Nome e Telefone): O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados registrados pelo próprio usuário.



## Política de Privacidade

- Contatos de emergência e de profissionais de saúde (Nome e Telefone): O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados registrados pelo próprio usuário.
- Medicamentos Dispensados (Programa Farmácia Popular e Sistema Horus) : O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados coletados por profissionais de saúde para dispensação de medicamento do Programa Farmácia Popular.
- Situação Cadastral no Sistema Nacional de Transplantes: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados coletados pelas Secretarias Estaduais de Transplantes (Centrais Estaduais de Transplantes) que apresentam informações sobre o status e posição do usuário na lista de espera para transplante de órgão e tecido.

### 14. Qual o tratamento realizado com os dados pessoais?

- Nome Completo: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Data De Nascimento: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Sexo: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Filiação: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção-Nacionalidade: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Número de Inscrição no CPF: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção-Endereço de e-mail: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Endereço: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Número de Telefone: Acesso, Armazenamento, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Localização Do Usuário: Acesso, Coleta
- Foto Do Usuário: Acesso, Coleta-Dados De Saúde (Alergias, IMC, Pressão, Glicose, Doações De Sangue): Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção



 [Início](#)

gov.br



## Política de Privacidade

Processamento, Produção, Recepção

-Vacinação Covid-19: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção

-Resultado De Exame Covid-19: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção

-Internações Hospitalares: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção-Contatos De Emergência E De Profissionais De Saúde (Nome E Telefone): Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção

-Medicamentos Dispensados (Programa Farmácia Popular e Sistema Horus): Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção

-Situação Cadastral No Sistema Nacional De Transplantes: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção

### 15. Os dados pessoais utilizados no serviço são compartilhados?

Os dados pessoais do usuário poderão ser compartilhados com as seguintes pessoas ou empresas: profissionais de saúde com acesso ao Conecte SUS Profissional, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Operador que desenvolve o Meu SUS Digital e o serviço de nuvem que armazena os dados.

### 16. Segurança no tratamento dos dados pessoais do usuário

O serviço Meu SUS Digital se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados. Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário. O site utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada. No entanto, o site se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O serviço Conecte SUS se compromete, ainda, a comunicar o usuário em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais. A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento. Por fim, o site se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com

## **TRANSCRIÇÃO DAS IMAGENS**

### **Termo de uso**

#### **1. ACEITAÇÃO DO TERMO DE USO**

O presente Termo de Uso se refere a um contrato de adesão firmado entre o usuário e o Ministério da Saúde, fornecedor deste serviço, com Sede na Esplanada dos Ministérios Bloco G, Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF - CEP 70058900. O uso deste serviço está condicionado à aceitação dos termos e das políticas associadas. O usuário deverá conhecer tais termos e políticas certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso. Ao utilizar o serviço, o usuário assume estar de acordo com relação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

#### **2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO**

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

- **Agente público:** todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.
- **Agentes de Estado:** inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.
- **Códigos maliciosos:** são qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.
- **Sítios e aplicativos:** sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.
- **Terceiro:** pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.
- **Internet:** sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.
- **Usuários:** (ou "Usuário", quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço (citar o serviço).

### 3. ARCABOUÇO LEGAL

O arcabouço legal aplicável ao serviço Meu SUS Digital compreende os seguintes atos legislativos e normativos: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Marco Civil da Internet: Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação: Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017: Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017: Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN), Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016: Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012: Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição, Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012: Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento, Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019: Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados, Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/PR): Disciplinam a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências, Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018: Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional, Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012: Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos, Portaria GM/MS nº 69, de 14 de Janeiro de 2021: Institui a obrigatoriedade de registro de aplicação de vacinas contra a Covid-19 nos sistemas de informação do Ministério da Saúde, Portaria GM/MS nº 1.434, de 28 de maio de 2020: Institui o Programa Conecte SUS e altera a Portaria de



Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede Nacional de Dados em Saúde e dispor sobre a adoção de padrões de interoperabilidade em saúde, Portaria GM/MS nº 1.792, de 17 de julho de 2020: Altera a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional, Portaria GM/MS nº 1.768, de 30 de julho de 2021: Altera o Anexo XLII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), Portaria GM/MS nº 3.632, de 21 de dezembro de 2020: Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 (ESD28).

#### **4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

O Meu SUS Digital é o aplicativo oficial do Ministério da Saúde que permite ao cidadão acompanhar na palma de sua mão o seu histórico clínico, a partir das informações de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente o aplicativo apresenta o registro de vacinas aplicadas e exames laboratoriais de Covid-19 realizados, internações, medicamentos dispensados, além da emissão do Certificado Nacional de Vacinação Covid-19 e da Carteira nacional de Vacinação. Os dados do aplicativo são em sua maioria provenientes da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), plataforma nacional de interoperabilidade de dados em saúde, que integra diferentes sistemas de informação alimentados por profissionais de saúde. Instituída pela portaria GM/MS n. 1.434, de 28 de maio de 2020, a Rede é um projeto estruturante do programa do Governo Federal para a transformação digital da saúde no Brasil e tem o objetivo de promover a troca de informações entre os pontos da Rede de Atenção à Saúde, permitindo a transição e continuidade do cuidado nos setores público e privado. O Meu SUS Digital também é disponível em na web <https://meususedigital.saude.gov.br/>.

#### **5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO:**

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário:

- Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços.
- Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação.

- Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.
- Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
  - Horário de funcionamento das unidades administrativas;
  - Serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
  - Acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
  - Situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado;
  - Valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

## 6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO

O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço Meu SUS Digital. Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros. O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento. O usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos. O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou

ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço. O Ministério da Saúde não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- Proteção do computador;
- Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- Perímetro inseguro.

## **7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Quais são as responsabilidades da Administração Pública com meus dados?

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares. A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

## **8. POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

A Política de Privacidade estabelecida pelo Ministério da Saúde e utilizada pelo Meu SUS Digital trata da utilização de dados pessoais. Essa Política específica faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse Serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor. Para mais informações acesse nossa política de privacidade em

<https://meususdigital.saude.gov.br/menu/termo-politica>

## 9. MUDANÇAS NO TERMO DE USO

Este Termo de Uso pode ser alterado? A presente versão (Meu SUS Digital) deste Termo de Uso foi atualizada pela última vez em: 11/01/2024. O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço Meu SUS Digital, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes. Qualquer alteração e/ou atualização do Termos de Uso e da Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

## 10. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Em caso de dúvidas relacionadas ao Meu SUS Digital entre em contato através dos nossos canais de atendimento:

<https://webatendimento.saude.gov.br/faq/meususedigital>.

## 11. FORO

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela comarca/seção judiciária de Brasília, Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal sem prejuízo de qualquer outra via administrativa ou judicial disponível, todos os titulares de dados pessoais têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

## Política de Privacidade

### 1. Quais informações estão presentes neste documento?

Nesta Política de Privacidade, o usuário do serviço Meu SUS Digital encontrará informações sobre: o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do usuário ao utilizar o serviço; as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida ou seja necessário atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso questões desta Política tenham sido violadas. Além disso, na Política de Privacidade, o usuário do serviço Meu SUS Digital encontrará informações sobre: qual o tratamento dos dados pessoais realizados, de forma automatizada ou não, e a sua finalidade; os dados pessoais dos usuários necessários para a prestação do serviço; a forma como eles são coletados; se há o compartilhamento de dados com terceiros; e quais as medidas de segurança implementadas para proteger os dados.



## **2. Aceitação da Política de Privacidade**

Ao utilizar os serviços, o usuário confirma que leu e compreendeu as Políticas aplicáveis ao serviço Meu SUS Digital e concorda em ficar vinculado a eles.

## **3. Definições**

Para melhor compreensão deste documento, nesta Política de Privacidade, consideram-se:

- **Agentes de tratamento:** o controlador e o operador.
- **Consentimento:** Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Dado pessoal sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- **Encarregado de Dados:** pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- **Uso compartilhado de dados:** comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.

- **Lei Geral de Proteção de Dados:** Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- **Usuários (ou "Usuário", quando individualmente considerado):** todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço Conecte SUS.
- **ANPD:** autoridade nacional de proteção de dados pessoais é órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

**4. Quais são as leis e normativos aplicáveis a esse serviço?**

- **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:** Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
- **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017:** Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
- **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:** Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012:** Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição.
- **Lei n. 13.853, de 8 de julho de 2019,** que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências
- **Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019:** Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.
- **Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018:** Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput , inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21

de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

- Portaria GM/MS nº 69, de 14 de Janeiro de 2021: Institui a obrigatoriedade de registro de aplicação de vacinas contra a Covid-19 nos sistemas de informação do Ministério da Saúde.
- Portaria GM/MS nº 1.434, de 28 de maio de 2020: Institui o Programa Conecte SUS e altera a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede Nacional de Dados em Saúde e dispor sobre a adoção de padrões de interoperabilidade em saúde.
- Portaria GM/MS nº 1.792, de 17 de julho de 2020: Altera a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional.
- Portaria GM/MS nº 1.768, de 30 de julho de 2021: Altera o Anexo XLII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS).
- Portaria GM/MS nº 3.632, de 21 de dezembro de 2020: Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 (ESD28).

##### **5. Descrição do serviço**

O Meu SUS Digital é o aplicativo oficial do Ministério da Saúde que permite ao cidadão acompanhar na palma de sua mão o seu histórico clínico, a partir das informações de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente o aplicativo apresenta o registro de vacinas aplicadas e exames laboratoriais de Covid-19 realizados, atendimentos, medicamentos dispensados, além da emissão do Certificado Nacional de Vacinação Covid-19 e da Carteira nacional de Vacinação. Os dados do aplicativo são em sua maioria provenientes da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), plataforma nacional de interoperabilidade de dados em saúde, que integra diferentes sistemas de informação alimentados por profissionais de saúde. Instituída pela portaria GM/MS n. 1.434, de 28 de maio de 2020, a Rede é um projeto estruturante do programa do Governo Federal para a transformação digital da saúde no Brasil e tem o objetivo de promover a troca de informações entre os pontos da Rede de Atenção à Saúde, permitindo a transição e continuidade do cuidado nos setores público e privado. O Meu SUS Digital também é disponível em na web <https://meususdigital.saude.gov.br/>. Quais são os

**direitos do usuário do serviço. O usuário do serviço possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:**

- **Direito de confirmação e acesso (Art. 18, I e II):** é o direito do usuário de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
- **Direito de retificação (Art. 18, III):** é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- **Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV):** é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.
- **Direito de oposição (Art. 18, § 2º):** é o direito do usuário de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.
- **Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V):** é o direito do usuário de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.
- **Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20, LGPD):** o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

**6. Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?**

O usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço Meu SUS Digital. Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros. O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese e, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento. O usuário do serviço é responsável pela atualização das suas informações pessoais



e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas. Não é possível realizar retificação de informação pelo Conecte SUS, salvo aquelas consideradas como “Registros e Contatos”, que se referem a informações autodeclaradas de Índice de Massa Corpórea (IMC), Alergias, Pressão Arterial, Glicose e Doações de Sangue. Dados cadastrais, como nome, data de nascimento, sexo, e-mail, inclusão/exclusão de nome social, são recebidos pelo sistema Cadastro Nacional de Usuários do SUS - CADSUS, onde, a partir do Cartão Nacional de Saúde – CNS, são validados com as informações disponíveis na Receita Federal. Para a correção desses dados, o cidadão deverá atualizar as informações na Receita Federal e/ou solicitar junto a qualquer estabelecimento de saúde (Alteração de dados na Receita Federal pode ser realizado em:

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/alterar/default.asp>). Os dados de saúde são inseridos nos sistemas de informação diretamente por profissionais de saúde, nos estabelecimentos assistenciais. A visualização das informações no Meu SUS Digital é possível após o devido envio destes dados à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS). Para qualquer tipo de correção e alteração de dados de saúde, deve-se entrar em contato com o estabelecimento onde foi realizada a ação ou serviço de saúde, ou secretaria estadual ou municipal de saúde e solicitar a correção do registro. Compete ao gestor local de saúde, responsável pela coleta dos dados, a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, requisitada pelo cidadão, conforme Inciso III do Art. 18 da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nesta Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço. O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- Proteção do computador;
- Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- Perímetro inseguro;

7. O uso comercial das expressões utilizadas em aplicativos como marca, nome empresarial ou nome de domínio, além dos conteúdos do serviço, assim como os programas, bancos de dados, redes, arquivos que permitem que o usuário acesse sua conta estão protegidos pelas leis e tratados internacionais de direito autoral, marcas, patentes, modelos e desenhos industriais. Ao acessar o aplicativo, os usuários declaram que irão respeitar todos os direitos de propriedade intelectual e os decorrentes da proteção de marcas, patentes e/ou desenhos industriais, depositados ou registrados em, bem como todos os direitos referentes a terceiros que porventura estejam, ou estiverem de alguma forma, disponíveis no serviço. O simples acesso ao serviço não confere aos usuários qualquer direito ao uso dos nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens, dados e informações, dentre outras, que nele estejam ou estiverem disponíveis. A reprodução de conteúdo descritos anteriormente está proibida, salvo com prévia autorização por escrito ou caso se destinem ao uso exclusivamente pessoal e sem que em nenhuma circunstância os usuários adquiram qualquer direito sobre esses conteúdos. É vedada a utilização do serviço para finalidades comerciais, publicitárias ou qualquer outra que contrarie a finalidade para a qual foi concebido, conforme definido neste documento, sob pena de sujeição às sanções cabíveis na Lei nº 9.610/1998, que protege os direitos autorais no Brasil. Os visitantes e usuários assumem toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial do serviço. Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.
8. Quais são as responsabilidades da administração pública com meus dados?
- A Administração Pública, no papel de custodiante das informações pessoais dos Usuários, deve cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados na plataforma. Publicar e informar ao Usuário as futuras alterações a esta Política de Privacidade por meio do sítio (<https://sso.acesso.gov.br/>), conforme o princípio da publicidade estabelecido no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo

**Usuário.** Em hipótese alguma, o serviço e seus colaboradores responsabilizam-se por eventuais danos diretos, indiretos, emergentes, especiais, imprevistos ou multas causadas, em qualquer matéria de responsabilidade, seja contratual, objetiva ou civil (inclusive negligência ou outras), decorrentes de qualquer forma de uso do serviço, mesmo que advertida a possibilidade de tais danos. Tendo em vista que o serviço lida com informações pessoais, o usuário concorda que não usará robôs, sistemas de varredura e armazenamento de dados (como “spiders” ou “scrapers”), links escondidos ou qualquer outro recurso escuso, ferramenta, programa, algoritmo ou método coletor/extrator de dados automático para acessar, adquirir, copiar ou monitorar o serviço, sem permissão expressa por escrito do órgão. Em se tratando de aplicativos em dispositivos móveis sua comercialização é expressamente proibida. Ao concordar com esta Política e utilizar o aplicativo móvel, o usuário receberá uma permissão do órgão para uso não comercial dos serviços oferecidos pelo aplicativo, o que, em nenhuma hipótese, fará dele proprietário do aplicativo móvel. Caso o usuário descumpra a Política de Privacidade, ou seja, investigado em razão de má conduta, o órgão poderá restringir seu acesso. O usuário também deverá responder legalmente por essa conduta. A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido de informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o serviço ou de outra forma necessária para cumprir com as obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça. A Administração pública se compromete a preservar a funcionalidade do serviço ou aplicativo, utilizando um layout que respeite a usabilidade e navegabilidade, facilitando a navegação sempre que possível, e exibir as funcionalidades de maneira completa, precisa e suficiente, de modo que as operações realizadas no serviço sejam claras.

**9. Qual o contato pelo qual o usuário do serviço pode tirar suas dúvidas?**

Caso o usuário tenha alguma dúvida sobre esta Política de Privacidade, ele poderá entrar em contato pelo canal de atendimento ao suporte ao usuário:

<https://webatendimento.saude.gov.br/faq/meususdigital> . Esta Política de

Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais). Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção. O site se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados

(LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º: I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades; II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento; III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados; IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais; V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento; VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial; VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão; VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais; IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

#### **10. Agentes de tratamento**

A quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizado no serviço Meu SUS Digital (Controlador)? A Lei Geral de Proteção de Dados define como controlador, em seu artigo 5º: Art. 5º, VI – controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Para o serviço Meu SUS Digital, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade do Ministério da Saúde. Endereço: Ministério da Saúde - Esplanada dos Ministérios Bloco G, Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF - CEP 70058900. E-mail: [datasus@saude.gov.br](mailto:datasus@saude.gov.br). Telefone: 61 3315 3900. As secretarias municipais e estaduais de saúde exercem o papel de controladores de dados, devido as mesmas terem suas próprias legislações e realizarem também o tratamento de dados de saúde.

**11. Quem realiza o tratamento de dados (Operador)?**

A Lei Geral de Proteção de Dados define como operador, em seu artigo 5º: Art. 5º, VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Para o serviço Meu SUS Digital, o Controlador Ministério da Saúde também atua como operador, ou seja, além de ser responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, também realiza o tratamento de dados pessoais. O Meu SUS Digital compartilha dados com uma empresa terceirizada, desenvolvedora da aplicação, sendo assim, é um operador de dados.

Todos os controles administrativos e lógicos de segurança foram exigidos à empresa terceirizada. O Meu SUS Digital armazena seus dados em nuvem privada, sendo assim o serviço de nuvem também se configura como operador de dados.

**12. Quais dados pessoais são tratados pelo serviço?**

A utilização, pelo usuário, de determinadas funcionalidades do serviço dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

- -Nome completo
- Data de nascimento
- Sexo
- Filiação
- Nacionalidade
- Número de inscrição no CPF
- Endereço de e-mail
- Endereço
- Número de telefone
- Localização do usuário
- Foto do usuário
- Dados de Saúde (Alergias, IMC, Pressão Arterial, Glicose, Doações de Sangue)
- Vacinação Covid-19
- Vacinação de Rotina
- Resultado de Exame Covid-19
- Internações Hospitalares
- Contatos de emergência e de profissionais de saúde (Nome e Telefone)
- Medicamentos Dispensados (Programa Farmácia Popular)
- Situação Cadastral no Sistema Nacional de Transplantes

**13. O serviço Meu SUS Digital realiza o tratamento de dados de crianças e**

**adolescentes e se compromete a fornecer maior proteção a esses dados. Além disso, o serviço Meu SUS Digital se compromete a cumprir todas as disposições**



legais pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns recursos ou informações, quando necessários pela primeira vez ou mesmo na instalação, serão solicitados por este aplicativo e notificados por meio do sistema operacional do seu dispositivo móvel, por exemplo: Acesso à rede (internet móvel ou WiFi); Acesso à identificação do dispositivo; Acesso à câmera e fotos, mídia e arquivos de áudio e vídeo de seu aparelho. Além disso, o aplicativo pode acessar, ler e gravar arquivos ou documentos do seu dispositivo

**14. Como os dados são coletados?**

- - Nome completo: Obtido de terceiros (Login Único, Cadastro Nacional de Usuários do SUS - CADSUS)
- Data de nascimento: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Sexo: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Filiação: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Nacionalidade: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Endereço de e-mail: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Endereço: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Número de telefone: Obtido de terceiros (CADSUS)
- Localização do usuário: Obtida pelo dispositivo de acesso, após autorização do usuário
- Foto do usuário: câmera e fotos, mídia e arquivos de áudio e vídeo do dispositivo, após autorização do usuário
- Dados de Saúde (Alergias, IMC, Pressão, Glicose, Doações de Sangue): Informado pelo usuário
- Vacinação Covid-19: Obtido de terceiros (Rede Nacional de Dados em Saúde - RNDS)
- Resultado de Exame Covid-19 : Obtido de terceiros (RNDS)
- Internações Hospitalares : Obtido de terceiros (RNDS)
- Contatos de emergência e de profissionais de saúde (Nome e Telefone) : Informado pelo usuário
- Medicamentos Dispensados (Programa Farmácia Popular – Sistema Horus) : Obtido de terceiros
- Situação Cadastral no Sistema Nacional de Transplantes : Obtido de terceiros (Sistema Nacional de Transplantes)

**15. Para que fim utilizamos seus dados?**

- -Nome completo: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço, e apresentado nos documentos de Resultado de Exame, Carteira Nacional de Vacinação e Certificado de Vacinação Covid-19.
- Data de nascimento: O dado é necessário para identificação do usuário

dentro do serviço, e apresentado nos documentos de Resultado de Exame, Carteira Nacional de Vacinação e Certificado de Vacinação Covid-19.

-Sexo: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço, e apresentado nos documentos de Resultado de Exame, Carteira Nacional de Vacinação e Certificado de Vacinação Covid-19.

-Filiação: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. O aplicativo permite adicionar outras contas. O nome da mãe é apresentado na Carteira Nacional de Vacinação e no Certificado Nacional de Vacinação Covid-19.

-Nacionalidade: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço, e apresentado nos documentos de Resultado de Exame, Carteira Nacional de Vacinação e Certificado de Vacinação Covid-19.

-Número de inscrição no CPF: O dado é necessário para manter o usuário logado.

-Endereço de e-mail: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço e envio de notificações.

-Endereço: O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço.

-Número de telefone: O dado é necessário para envio de notificações.

-Localização do usuário: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. A localização do usuário é acionada na funcionalidade Serviços que apresenta a geolocalização dos estabelecimentos de saúde mais próximos. Dado opcional.

-Foto do usuário: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário no menu do aplicativo. A câmera e fotos, mídia e arquivos de áudio e vídeo do dispositivo também é utilizada para escanear códigos QR para autenticação e validação dos documentos emitidos pelo aplicativo.

-Dados de Saúde (Alergias, IMC, Pressão, Glicose, Doações de Sangue): O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados registrados pelo próprio usuário.

-Vacinação Covid-19: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. São dados da RNDS, coletados por profissionais de saúde nos serviços de vacinação, sob gestão de secretarias municipal ou estadual de saúde. Dados: nome da vacina; tipo de dose aplicada; data da vacinação; número do lote da vacina; nome do fabricante; identificação do vacinador; e identificação do serviço de vacinação.

-Resultado de Exame Covid-19: O dado é necessário para melhorar e

personalizar a experiência do usuário. Dados da RNDS, coletados por profissionais de saúde de laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional.

-Internações Hospitalares: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados da RNDS, coletados por profissionais de saúde da atenção hospitalar.

-Contatos de emergência e de profissionais de saúde (Nome e Telefone): O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados registrados pelo próprio usuário.

-Medicamentos Dispensados (Programa Farmácia Popular e Sistema Horus) : O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados coletados por profissionais de saúde para dispensação de medicamento do Programa Farmácia Popular.

-Situação Cadastral no Sistema Nacional de Transplantes: O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário. Dados coletados pelas Secretarias Estaduais de Transplantes (Centrais Estaduais de Transplantes) que apresentam informações sobre o status e posição do usuário na lista de espera para transplante de órgão e tecido.

**16. Qual o tratamento realizado com os dados pessoais?**

- **-Nome Completo:** Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Data De Nascimento:** Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Sexo:** Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Filiação:** Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Nacionalidade:** Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Número de Inscrição no CPF:** Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção
- Endereço de e-mail:** Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção

**-Endereço: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção**

**-Número de Telefone: Acesso, Armazenamento, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção**

**-Localização Do Usuário: Acesso, Coleta**

**-Foto Do Usuário: Acesso, Coleta-Dados De Saúde (Alergias, IMC, Pressão, Glicose, Doações De Sangue): Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção**

**-Vacinação Covid-19: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção**

**-Resultado De Exame Covid-19: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção**

**-Internações Hospitalares: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção-Contatos De Emergência E De Profissionais De Saúde (Nome E Telefone): Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção**

**-Medicamentos Dispensados (Programa Farmácia Popular e Sistema Horus): Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção**

**-Situação Cadastral No Sistema Nacional De Transplantes: Acesso, Armazenamento, Avaliação, Coleta, Comunicação, Controle, Difusão, Distribuição, Eliminação, Extração, Processamento, Produção, Recepção**

**17. Os dados pessoais utilizados no serviço são compartilhados?**

Os dados pessoais do usuário poderão ser compartilhados com as seguintes pessoas ou empresas: profissionais de saúde com acesso ao Conecte SUS Profissional, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Operador que desenvolve o Meu SUS Digital e o serviço de nuvem que armazena os dados.

**18. Segurança no tratamento dos dados pessoais do usuário**

O serviço Meu SUS Digital se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados. Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário. O site utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada. No entanto, o site se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O serviço Conecte SUS se compromete, ainda, a comunicar o usuário em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais. A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento. Por fim, o site se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais.

**19. O serviço Meu SUS Digital utiliza cookies?**

Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site. Por meio dos cookies, pequenas quantidades de informação são armazenadas pelo navegador do usuário para que nosso servidor possa lê-las posteriormente. Podem ser armazenados, por exemplo, dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, bem como seu local e horário de acesso ao site. É importante ressaltar que nem todo cookie contém dados pessoais do usuário, já que determinados tipos de cookies podem ser utilizados somente para que o serviço funcione corretamente. As informações eventualmente armazenadas em cookies também são consideradas dados pessoais e todas as regras previstas nesta Política de Privacidade também são aplicáveis a eles. O serviço Meu SUS Digital não utiliza cookies.

**20. Esta Política de Privacidade pode ser alterada?**

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 10/01/2024. O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento o site



as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço Meu SUS Digital, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes. Qualquer alteração e/ou atualização desta Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

**21. Qual o foro aplicável caso o usuário queira realizar alguma reclamação?**

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela Justiça Federal, na seção judiciária do domicílio do usuário, por previsão do artigo 109, §§ 1º, 2º e 3º, da Constituição Federal.